

Capítulo 9

CAPITALISMO TECNOBUROCRÁTICO

O avanço da participação do Estado na economia brasileira permite-nos falar em um capitalismo estatal ou capitalismo de Estado. Se quisermos, entretanto, dar mais ênfase à emergência da classe tecnoburocrática, deveremos falar em capitalismo tecnoburocrático.¹

Na verdade, a formação social brasileira, como a dos demais países capitalistas da segunda metade do século XX, é mista. O capitalismo puro, competitivo, e mesmo o capitalismo monopolista, foram superados pelo capitalismo estatal ou tecnoburocrático. O modo de produção capitalista continua dominante, mas as manifestações do modo tecnoburocrático ou estatal de produção em emergência são claras.

Comparemos sumariamente o capitalismo puro, competitivo, com o estatismo em sua forma histórica mais pura, que é a hoje encontrada na União Soviética. No capitalismo, há a generalização de mercadoria, sendo inclusive a força de trabalho reduzida a mercadoria; todas as mercadorias são trocadas de acordo com seu respectivo valor depois de devidamente transformado em preço através da equalização das taxas de lucro entre todos os setores da economia. No estatismo, os bens e a própria força de trabalho deixam de ser estritamente mercadorias à medida que o sistema de planejamento estabelece preços políticos para todos os bens e para o próprio trabalho. A lei do valor não é superada, mas sistematicamente alterada.

Em conseqüência, no modo capitalista de produção, o controle da economia, constituída por uma infinidade de pequenas empresas ou firmas, cabe ao mercado e ao sistema de preços, nos quadros da lei do valor. No modo estatal de produção, o mercado torna-se secundário, e o controle da economia, constituída por grandes empresas estatais, é assumido pelo plano, pela administração. A lei do valor não deixa de ter vigência, mas é sistematicamente alterada por um sistema planejado de subsídios e taxações, que transforma os preços em preços políticos.

Em segundo lugar, no capitalismo a relação de produção básica é o capital: a propriedade privada dos meios de produção pelo capitalista. No modo tecnoburocrático de produção, desaparece a propriedade privada dos meios de produção; desaparece, portanto, o capital. Em seu lugar, temos uma nova

relação de produção, a organização, ou seja, a propriedade coletiva por parte dos tecnoburocratas da organização burocrática estatal, a qual, por sua vez, detém a propriedade dos meios de produção.

Em terceiro lugar, no capitalismo a forma de apropriação do excedente é a mais-valia, ou, em termos de preço, o lucro. No estatismo, é preciso distinguir duas formas de apropriação do excedente: a pública, em termos de “lucro” ou excedente estatal destinado à acumulação de meios de produção (não podemos mais falar em “acumulação de capital” porque esta só pode existir quando existe propriedade privada dos meios de produção), e a apropriação privada do excedente em termos de altos ordenados diretos e indiretos para a alta tecnoburocracia estatal. Os ordenados dos tecnoburocratas não devem ser confundidos com os salários dos trabalhadores porque não correspondem ao custo de reprodução da mercadoria força de trabalho, nem podem ser relacionados diretamente com nível e aumento da produtividade, como acontece com os salários. Por outro lado, os ordenados, ou mais precisamente os altos ordenados, não podem ser confundidos com os lucros capitalistas, embora ambos pertençam ao mesmo gênero: o excedente econômico. Os lucros derivam do capital, via mecanismo da mais-valia. Os ordenados derivam da função burocrática. O lucro, dada a tendência à equalização das taxas de lucro, tendem a ser proporcionais ao volume de capital que cada capitalista possui. Os ordenados correspondem à posição hierárquica que os tecnoburocratas ocupam na organização burocrática estatal. Os altos ordenados são uma parte do excedente; os baixos ordenados dos pequenos funcionários são freqüentemente mais baixos que os salários, não apropriando qualquer excedente.

No capitalismo, nos termos de um modelo simplificado, a renda ou produto, Y , é igual aos lucros, R , mais os salários, W .

$$Y = W + R$$

No estatismo, a renda é igual à remuneração dos trabalhadores (a rigor não podemos falar em salários), D , mais os ordenados dos tecnoburocratas, O , mais o excedente estatal destinado à acumulação, G .

$$Y = D + O + G$$

O capitalismo monopolista e o capitalismo tecnoburocrático são formações sociais mistas, de transição. Aos salários dos trabalhadores e aos lucros dos capitalistas, é preciso adicionar o excedente estatal e os ordenados.

$$Y = W + O + R + G$$

Esse é o caso da economia brasileira. A tecnoburocracia, definida como classe porque se constitui em um imenso e crescente grupo social que se caracteriza pelas relações de produção específicas em que está inserida, apropria-se de ordenados crescentes. Mas mantém ainda uma posição subordinada em relação à burguesia e ao capital. A lógica de expansão da organização burocrática já se faz sentir no funcionamento do sistema econômico, mas a lógica da acumulação de capital ainda é dominante.

Uma classe social não deve ser confundida com uma camada. Existem camadas altas, médias e baixas na sociedade e em cada classe. As classes são grandes grupos sociais que se definem por sua inserção em relações de produção específicas e determinados modos de produção. No capitalismo, há duas classes básicas: a burguesia, ou seja, os capitalistas proprietários dos meios de produção, e os trabalhadores assalariados ou proletariado. No estatismo, também há duas classes: a tecnoburocracia, ou seja, os técnicos e burocratas empregados em organizações públicas e privadas, e os trabalhadores. Organizações burocráticas são as grandes empresas, as escolas, os hospitais, os sindicatos, os partidos, as igrejas e o próprio Estado, naturalmente. No Brasil, formação social mista, temos três classes básicas: a burguesia, a tecnoburocracia e os trabalhadores. A burguesia, subdividida em alta e média burguesia, é a classe dominante. Há também uma pequena burguesia, correspondente à pequena produção mercantil, constituída de pequenos proprietários que trabalham diretamente na produção ou no comércio além de eventualmente empregarem trabalhadores assalariados. A tecnoburocracia pode ser subdividida em três estratos: a alta tecnoburocracia, constituída de diretores profissionais, muito próxima em termos de poder e padrão de vida à alta burguesia; a média tecnoburocracia, constituída de gerentes e técnicos, e a baixa tecnoburocracia, formada pelos funcionários. A média e a baixa tecnoburocracias, somadas à média e à pequena burguesia, constituem a chamada “classe média”, que a rigor não é classe alguma, mas um conglomerado de classes. A tecnoburocracia, no entanto, à medida que é constituída principalmente de representantes das camadas médias, pode ser chamada também de “nova classe média” ou de “classe média organizacional”. Finalmente, temos os trabalhadores, que também podem ser estratificados em especializados, semi-especializados e braçais. Os trabalhadores especializados começam a se aproximar dos padrões de consumo da “baixa classe média”.

A burguesia, enquanto classe dominante, submete a economia brasileira à lógica da acumulação de capital. A tecnoburocracia emergente, além de

dar apoio à burguesia, tem seus interesses próprios e procura submeter a economia do país à lógica da expansão da organização burocrática, seja a organização privada ou estatal. Para a burguesia, interessa realizar lucros e acumular capital. O objetivo da tecnoburocracia é aumentar seus ordenados e fazer crescer o número de postos burocráticos através da expansão das grandes organizações.

NOTA

¹ Examinei em termos teóricos a questão da nova classe média burocrática ou tecnoburocrática em *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*, em que reuni trabalhos anteriores, e em *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. Apliquei o modelo para compreender a realidade brasileira em *O colapso de uma aliança de classes*. Ver, respectivamente, Bresser Pereira, 1981, 1977, 1978.